

Proc. _____ / _____
ENT 334 / SG/DAOSM/GAAM/ 16
DATA 04/02/16
Álvaro Fernandes



4.ª Comissão Municipal Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida

Parecer relativo à Proposta N.º 709/2015 – Versão final do Plano de Ação Local para a Biodiversidade de Lisboa

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A Câmara Municipal de Lisboa (CML) propõe, através do envio da versão final do “Plano de Ação Local para a Biodiversidade de Lisboa”, que a AML delibere aprovar o respetivo plano, submetendo-o, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

II. CONSIDERANDOS

1. A CML aprovou a proposta n.º 316/2015 (Plano de Ação Local para a Biodiversidade de Lisboa) através de deliberação tomada na reunião de 27 de maio de 2015, para efeitos de submissão a discussão pública por um período de 30 dias;
2. A discussão pública decorreu entre 8 de junho e 17 de julho de 2015, tendo sido realizada uma sessão pública no dia 25 de junho de 2015, onde foi apresentada uma breve exposição do Plano, seguida de debate;
3. No decurso da discussão pública, foram apresentados cinco pareceres, após ponderação dos quais, foi elaborada a versão final consolidada do Projeto do “Plano de Ação Local para a Biodiversidade de Lisboa”;



4. A biodiversidade é um dos principais indicadores reconhecidos da qualidade do ambiente e que este indicador assume particular relevância em ambientes mais artificializados, como é o caso dos ambientes urbanos;
5. Que a CML, no quadro das suas estratégias para o ambiente urbano, definiu como meta para melhorar o desempenho ambiental da cidade, um aumento de 20% da biodiversidade até 2020;
6. A promoção da biodiversidade é uma tarefa interdisciplinar e deve envolver múltiplas entidades, mas cuja ação assenta de forma prioritária no conhecimento e na sensibilização e educação ambiental;
7. O maior conhecimento e a maior sensibilização para a importância da biodiversidade, em particular em meio urbano podem ser, por si só, medidas eficientes para o aumento dos seus valores, uma vez que podem desencadear ações positivas pelas populações;
8. O Plano define como principais eixos de atuação:
 - A. Aumento da área de espaços verdes públicos;
 - B. Implementação das conexões e eliminação das barreiras/ descontinuidades entre os espaços verdes públicos;
 - C. Aumento do número e área abrangida por projetos instalados de espaços verdes com modelos de gestão ecológica integrada;
 - D. Beneficiação dos espaços verdes em termos de diversidade estrutural, florística e faunística;
 - E. Aumento da área de espaços classificados com um estatuto de proteção;
 - F. Aumento do número de bacias de retenção/infiltração instaladas;
 - G. Aumento do comprimento total de linhas de água naturalizadas;
 - H. Implementação de zonas com hortas urbanas;
 - I. Avaliação da evolução do número de espécies, vegetais e animais dos grupos pré-selecionados ocorrentes em Lisboa;
 - J. Aumento da sensibilidade dos cidadãos relativamente à biodiversidade;
 - K. Estabelecimento de percursos, painéis e edição de informação acerca dos valores em biodiversidade em Lisboa;
 - L. Inclusão da Biodiversidade na Gestão/Governança autárquicas.

9. Para a concretização dos referidos eixos de atuação, são definidos indicadores de avaliação (biodiversidade, serviços ambientais, gestão da diversidade e governança) e uma série de ações concretas, a saber:

A. Sensibilizar (para agir)

A1 – Formação

A1.1. Desenvolver e promover ações de formação sobre a biodiversidade em meio urbano, dirigidas a técnicos da autarquia, professores, alunos, outros agentes educativos e munícipes em geral, de modo a formar potenciais guias e intérpretes da biodiversidade em Lisboa.

A2 – Comunicação

A2.1. Criar suportes de comunicação para partilha de informação e disseminação de materiais.

A2.2. Edição de livros, guias de campo, fichas de espécies, materiais pedagógicos e criação e promoção de Roteiros da Biodiversidade sob diferentes temáticas (inclusive a cultural).

A2.3. Apoio a ações de divulgação e comunicação com objetivos científicos, pedagógicos e lúdicos para divulgação da nossa Biodiversidade ao público em geral.

A3 – Rede de percursos temáticos

A3.1. Rede de jardins temáticos – espaços verdes que privilegiem a flora autóctone, abrangendo outros aspectos que realcem características das espécies e dos ecossistemas, com uma dimensão cultural e pedagógica.

A4 – Eventos

A4.1. Celebração de dias comemorativos relacionados com a biodiversidade, como o Dia da Biodiversidade.

B. Criar Conhecimento

B1 – Conferências

B1.1. Promover a realização de conferências bi-anuais sobre biodiversidade em ambiente urbano, a publicação de estudos em curso e conferências internacionais sobre o tema, para projeção dos resultados atingidos em Lisboa, incluindo a procura de parceiros para a sua organização.

B2 – Redes de conhecimento

B2.1. Fomentar e promover a procura de parceiros interessados em desenvolver investigação na área da Biodiversidade em Ambiente Urbano, proporcionando o desenvolvimento de programas de estágios, mestrados e doutoramentos.

B2.2. Consolidar parcerias e aprofundar redes internacionais com outras entidades com conjunturas de gestão semelhantes, nacionais ou internacionais, cidades do mesmo espaço



ecológico e cultural [ICLEI, Eurocities, associações internacionais de Parques (FEDENATUR), etc.], fomentando a partilha de conhecimentos e motivações.

B3 - Monitorização

B3.1. Atualização de um Relatório de Monitorização do PALBL. Elaboração e atualização permanente de um conjunto de elementos capazes de caracterizar o estado do ambiente e da biodiversidade na cidade de Lisboa, apoiando-se em cartografia e em indicadores numéricos.

C. Agir

C1 – Infraestruturas verdes

C1.1. Assegurar o incremento e a manutenção dos contínuos na estrutura verde estabelecimento também ligações com municípios vizinhos e articulação com os respetivos planos.

C1.2. Reforço da continuidade natural no interior de zonas verdes de média e grande dimensão para efeitos do aumento da conectividade interna com a diminuição dos efeitos barreira, com destaque para o PFM.

C1.3. Definição e restauração de Ecossistemas naturais: Promoção da restauração de ecossistemas, tendo em vista a sua naturalização ao longo de um processo sucessional.

C1.4. Aumento de estrutura verde, com aumento da área de Espaços Verdes preferencialmente com

- a) disponibilidade de área permeável
- b) manutenção ecológica integrada
- c) aumento das bacias de retenção
- d) melhoria das linhas de água, naturalizando-as
- e) criando “hotspots” e “urban wildscapes”
- f) seguindo uma filosofia de “learnsapes”
- g) recurso a espécies autóctones, incluindo cultivares (hortas urbanas)

C2 – Gestão sectorial

C2.1. Definição de planos de gestão específicos para espécies prioritárias.

C2.2. Contribuição para o aumento da fitodiversidade nas áreas naturalizadas sobretudo através da substituição das pioneiras, do controle da regeneração natural das autóctones, da disponibilização dos propágulos das espécies autóctones desejáveis, etc.

C3 - Regulamentação

C3.1. Recomendações de projeto para parques, jardins, espaços naturais e espaços exteriores escolares, de forma a promover a Biodiversidade para a qualidade do ambiente urbano.

C3.2. Na elaboração da Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas salvaguarda da resposta aos riscos naturais sobre a biodiversidade, designadamente risco de inundação, danos para a vegetação, risco de incêndio e alterações nos regimes de pragas e doenças no âmbito do cenário de resposta às adaptações climáticas.



C4 - Informação

C4.1. Definição clara dos hotspots para a Biodiversidade.

Demarcações dos espaços de maior sensibilidade, em matéria de Biodiversidade a exigirem regulamentos especiais em termos urbanísticos; e sujeitos a medidas de monitorização e salvaguarda.

II. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 4ª Comissão Permanente - Comissão de Ambiente e Qualidade de Vida e bem assim, a Deputada Municipal Relatora, reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o Plenário da Assembleia Municipal, onde seja debatido e votado o presente Parecer.

III. CONCLUSÕES

O Plano em análise orienta a sua atuação sobretudo para as populações em geral, agentes e decisores e não apenas em ações diretamente dirigidas ao aumento da biodiversidade propriamente dita, uma vez que esta é assumida como consequência das ações do Homem. Desta forma estabelecem-se como prioritárias ações de sensibilização (para agir), aumentar o conhecimento (para orientar a ação) e agir (diretamente em prol da biodiversidade). Assumem-se como atores neste plano não apenas o Município, mas diversas entidades, motivadas para a melhoria do desempenho ambiental da cidade de Lisboa.

IV. RECOMENDAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Atendendo à natureza estrutural e de longo prazo que assume a execução do PALBL, recomenda-se à CML:

- 1) Que sejam remetidos os estudos prévios do PALBL à AML, assim que estes estejam disponíveis;



- 2) Que o relatório de monitorização do PALBL seja remetido à AML para apreciação do seu progresso (Ação B3.1);
- 3) Que a AML seja informada das ações previstas, nomeadamente conferências, ações de comunicação e divulgação pertinentes, como a celebração de dias comemorativos (Ações A2.3, A4.1, B1.1, etc.);
- 4) Que sejam enviados à AML as publicações e roteiros produzidos (Ação A 2.2), bem como outras publicações relevantes;
- 5) Atendendo às competências das Juntas de Freguesia, próprias ou delegadas, em matéria de espaços verdes, que a CML diligencie junto das Juntas de Freguesia da cidade no sentido da sua participação ativa nas medidas preconizadas no Plano.

Este Parecer foi Aprovado por Unanimidade das forças políticas presentes na Comissão.

Lisboa, 4 de fevereiro de 2015

A Deputada relatora e Presidente da 4.ª Comissão Municipal Permanente,

Sofia Cordeiro